

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG

deniserothenburg.df@dabr.com.br

Lula, o pragmático

O governo “venderá” a versão de que a aprovação da urgência do novo arcabouço fiscal foi da lavra do Poder Executivo e do PT. Em conversas reservadas, porém, os petistas têm dito que a vitória foi do Parlamento, uma vez que os integrantes do partido não são maioria para impor sua vontade.

Manda quem pode...

...obedece quem tem juízo. Para não perder esse discurso de vitória do governo, a ordem é evitar a apresentação de emendas por parte do PT. Só tem um probleminha: setores do partido querem adotar a velha forma oposicionista de “marcar posição”, especialmente no que se refere a reajustes do funcionalismo.

Faz sentido

O PT não quer deixar passar em branco nada que possa lhe garantir mobilização popular. E as organizações dos servidores públicos têm esse poder. Por isso, muitos querem apresentar emendas. É agradar agora para ter apoio no futuro, quando a turma de Bolsonaro voltar às ruas.

Por falar em Jair...

A turma do PT que abre o coração nas conversas mais reservadas acredita que o ex-presidente tem, hoje, mais capacidade de mobilização do que toda a esquerda junta. A avaliação de muitos é de que o partido e o governo precisam atuar juntos para empatar o jogo nessa seara.

Barulho x ação

Para fazer frente ao megafone aberto na CPI do Movimento dos Sem-Terra, o governo quer que os integrantes do MST fiquem bem quietinhos, longe de atitudes radicais, como invasões de terra. E para ajudar nisso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia, nos próximos dias, um programa emergencial de reforma agrária. As terras usadas nesse projeto foram conseguidas no governo de Jair Bolsonaro. A ex-ministra da Agricultura e hoje senadora Tereza Cristina (PP-MS) e seu sucessor, Marcos Montes, deixaram um estoque de 90 milhões de hectares de terra para esse fim.

Para se ter uma ideia do que isso significa, a produção de soja do país ocupa 42 milhões de hectares. Ou seja, terra não falta para o governo deixar o MST feliz e ocupado, enquanto ocorre a CPI. Aliás, perguntado sobre o que espera da CPI, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, é direto: “Vai ser MMA”.



CURTIDAS

Adeus militares/ A contar pelo discurso dos bolsonaristas na audiência pública do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o casamento entre a caserna e os políticos aliados de Bolsonaro terminou. O deputado Ricardo Salles (PL-SP) foi direto: “Estamos há 40 anos gastando os tubos do contribuinte brasileiro com essa história de submarino nuclear, satélite brasileiro e nunca chega ao destino. É um enterro de dinheiro sem fim”.

Encontros e desencontros I/ A líder do PP no Senado, Tereza Cristina (MS), e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, se encontraram no cafezinho do Senado, no final da tarde de ontem. Eles foram deputados na mesma época e, agora, em campos opostos, Tereza brincou: “Estive com Carlos Fávaro (ministro da Agricultura)”.

Encontros e desencontros II/ “E o que conversaram?”, perguntou Teixeira. “Óbvio que falamos mal de você”, disse, rindo, a ex-ministra da Agricultura (foto). O ministro levou na brincadeira: “Somos amigos e a Conab é nossa!” Tereza, que já havia defendido a extinção da Companhia Nacional de Abastecimento, reforçou: “Deveria ser extinta”, disse ela, que não desistiu do sonho de ter uma agência de inteligência para o agro.

Denise Rothenburg/CB/D.A.Press



O “esquenta” do PSD/ O jantar de homenagem aos líderes do PSD, promovido pelo presidente do partido no DF Paulo Octávio, foi lido nos bastidores como um sinal de que o casamento da legenda com o governo Lula é do tipo que propunha Vinícius de Moraes: “Não seja imortal, posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure”. Mas, por enquanto, a fase é de amor. E o partido deve votar a favor do arcabouço fiscal.

E o Deltan, hein?/ Cassado, o ex-deputado recebeu a solidariedade até de integrantes do PL, desavisados de que o partido ficará com a vaga. Na direção da legenda houve comemoração, pois a bancada atinge a marca de 100 deputados — coisa rara hoje em dia.

CONGRESSO

Depois da cassação, acusações

Deltan atribui decisão do TSE a uma “retaliação de corruptos”, e acusa Lula e Gilmar de serem os artífices pela perda da cadeira

» RAPHAEL FELICE

Depois de ter sido cassado, na noite de terça-feira, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ex-deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR) partiu para o ataque e atribuiu a perda do mandato a uma “retaliação de corruptos” por seu trabalho na força-tarefa da Operação Lava-Jato. Cercado de parlamentares bolsonaristas, o ex-procurador do Ministério Público Federal (MPF) classificou a decisão do TSE como “inelegibilidade imaginária”. E acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o decano do Supremo Tribunal federal (STF), ministro Gilmar Mendes, de serem dois dos arquitetos da cassação.

“Inventaram inelegibilidade imaginária para me cassar. O sistema de corrupção, os corruptos e seus amigos estão em festa. Gilmar Mendes está em festa, Beto Richa, Aécio Neves, Eduardo Cunha estão em festa. É um dia de festa para Lula. A Lava-Jato, em algum momento, despertou uma nova esperança em todos nós. Esses parlamentares estão todos reunidos aqui por uma causa:

a justiça e a liberdade”, afirmou.

O ex-deputado foi recebido no Salão Verde com gritos de “Deltan, Deltan!” por dezenas de deputados da oposição, que seguravam cartazes protestando contra a decisão do TSE. Entre os que deram apoio ao ex-homem forte da Lava-Jato estavam os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Hélio Lopes (PL-RJ), Julia Zannatta (PL-SC), Paulo Bilynsky (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Bibi Nunes (PL-RS) e Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), além dos senadores Damarens Alves (Republicanos-DF) e Eduardo Girão (Novo-CE).

Mas nem só bolsonaristas respaldaram Deltan. Estavam na coletiva as deputadas Renata Abreu (Podemos-SP), Adriana Ventura (Novo-SP) e Rosângela Moro (União Brasil-SP).

Deltan foi cassado porque, ao pedir exoneração do MPF, em 2021, tinha 15 procedimentos administrativos pendentes de análise no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Diante da possibilidade de um deles vir a puni-lo com o afastamento da carreira, deixou o órgão e entrou na vida pública.

Bruno Spada/Agência Câmara



Para o ex-deputado, ele foi punido pelo trabalho da Lava-Jato, que “despertou uma nova esperança”

Por causa disso, a federação Brasil da Esperança — composta por PT, PCdoB e PV —, e o PMN acionaram o TSE para que Deltan fosse cassado.

O relator na Corte, ministro

Benedito Gonçalves, afirmou na decisão que houve “manobra” do ex-procurador para evitar condenações em órgão colegiado, como “aposentadoria compulsória ou perda do cargo” — o que

enquadraria Deltan na Lei da Ficha Limpa. O ex-procurador perdeu o mandato por unanimidade (7 x 0), mas ainda cabe recurso. O suplente Pastor Itamar Paim (PL-PR) ocupa a vaga.

Bolsonaro. São eles Sérgio Bagnos, nomeado em 2019; Nunes Marques, em 2020; e Carlos Horbach, em 2021.

Os outros ministros da Corte são Cármen Lúcia, Benedito Gonçalves e Raul Araújo, indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em mandatos anteriores. Alexandre de Moraes foi levado à Corte pelo ex-presidente Michel Temer.

Com a cassação, o perfil oficial do governo federal no Twitter fez uma ironia com Deltan. Publicou uma imagem

com o mesmo design utilizado pelo ex-deputado, então homem forte da Operação Lava-Jato, para indicar supostas ligações do hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva com casos de corrupção.

Na publicação, há um círculo com os dizeres “137 dias de governo” e setas saindo dele. Ao redor, está escrito, também em círculos, algumas das realizações do governo federal em cinco meses. (Colaborou RF com Agência Estado)

Dois votos pela prisão de Collor

» RENATO SOUZA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, ontem, pela condenação do ex-senador Fernando Collor em uma ação na qual o ex-presidente da República é acusado de ter recebido R\$ 29,9 milhões em propina da BR Distribuidora. Relator do processo, Fachin afirmou que existem elementos suficientes para comprovar a prática criminosa. O voto foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Collor foi alvo de um dos desdobramentos da operação Lava-Jato e é acusado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e de fazer parte de organização criminosa. A Procuradoria-Geral da República (PGR) afirma que o ex-senador recebeu os repasses entre 2010 e 2014 e, à época, foi responsável pela indicação de dois diretores da BR Distribuidora.

A PGR pediu condenação de Collor a 22 anos de prisão. Fachin sugeriu a pena de 33 anos de cadeia. Para que ocorra a condenação, é necessário que pelo menos seis magistrados, dos 10 presentes no Plenário, sigam o mesmo entendimento do relator. Por ter mais de 70 anos de idade, o ex-senador tem direito a abater a pena pela metade.

O julgamento está marcado para retornar à pauta na sessão de hoje, com o voto dos demais integrantes do STF.

Lira: só Câmara tira mandato

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que somente a Casa tem autoridade para retirar o mandato do ex-deputado Deltan Dallagnol — decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo o parlamentar, a situação do ex-procurador do

Ministério Público Federal será analisada pela Corregedoria e ele poderá apresentar defesa.

“O mandato deve ser cassado somente por esta Casa. A Câmara tem de ser citada, a Mesa informará ao corregedor, o corregedor vai dar um prazo ao deputado, o deputado faz sua defesa e sucessivamente”, disse Lira, no Plenário, respondendo a uma questão

de ordem do deputado Maurício Marcon (Podemos-RS).

Apesar de Deltan estar cercado de parlamentares bolsonaristas no pronunciamento que fez, três dos sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral que decidiram por unanimidade a cassação do ex-procurador do Ministério Público Federal foram indicados pelo ex-presidente Jair